

A NARRATIVA DE HISTÓRIAS DE VIDA COMO RECURSO METODOLÓGICO NA PESQUISA EM PSICOLOGIA

**Ronaldo Adriano Alves dos Santos; Danielly Christina de Souza Mezzari; Fernando
Silva Teixeira Filho**

Universidade Estadual Paulista - UNESP

ronaldola.alves@pucpr.br; danielly_mezzari@hotmail.com; fsteixeirafilho@gmail.com

Resumo

A pesquisa qualitativa em psicologia tem a ver com um reconhecimento de que a vida, a subjetividade e as experiências sociais são, dentre outras coisas, formações discursivas. Dentro desta perspectiva, a narrativa de histórias de vida assume a parcialidade da produção de conhecimento como inerente ao desenvolvimento de uma pesquisa e pode ser pensada como uma alternativa às metodologias hegemônicas assentadas em bases positivistas. Neste processo de questionamento e transformação, os feminismos nos ajudam a problematizar alguns pressupostos antes tidos como essenciais para o fazer científico, tais como a neutralidade, as distinções dicotômicas sujeito/objeto, natureza/cultura, etc. A desconstrução do androcentrismo e do positivismo promovida pelos estudos feministas levou as mulheres, principalmente, a criarem métodos que fossem capazes de dar visibilidade e estabelecer parâmetros para o enfrentamento do patriarcado nas ciências. A pesquisa narrativa assume a experiência como inerente à produção de conhecimento e abre a possibilidade de questionamento a um saber que se faria independente dos sujeitos que o produzem.

Palavras-chave: Pesquisa em Psicologia; Narrativas de Histórias de Vida; Feminismos.

Abstract

Qualitative research in psychology has to do with a recognition that life, subjectivity and social experiences are, among other things, discursive formations. Within this perspective, the narrative of life histories assumes the bias of the production of knowledge as inherent to the development of a research and can be thought of as an alternative to hegemonic methodologies based on positivist bases. In this process of questioning and transformation, feminisms help us to problematize some assumptions previously considered essential for scientific doing, such as neutrality, subject / object dichotomous distinctions, nature / culture, and so on. The deconstruction of androcentrism and positivism promoted by feminist studies led women, mainly, to create methods that could give visibility and establish parameters for the confrontation of patriarchy in the sciences. Narrative research takes experience as inherent in the production of knowledge and opens the possibility of questioning to a knowledge that would be independent of the subjects that produce it.

Keywords: Research in Psychology; Narratives of Life Stories; Feminisms.

Introdução

O presente trabalho resulta das discussões travadas no processo de construção das nossas pesquisas de Mestrado e Doutorado que buscam na narrativa de histórias de vida o instrumento e o material necessário para a construção de nossos fazeres profissional e acadêmico. Como as pesquisas encontram-se em andamento não temos a pretensão de apresentar os resultados das mesmas. Outrossim, objetivamos discutir as narrativas de histórias de vida como um método e um objeto de estudo potente e desafiador da e para a pesquisa em Psicologia.

Pensar as narrativas como esse método/objeto de pesquisa é importante pois, é comumente aceito que a Psicologia ascende ao status de ciência quando, em 1879, Wundt inaugura o laboratório de psicologia experimental em Leipzig, na Alemanha. Muito embora já houvessem escritos psicológicos anteriores ao advento do laboratório de Wundt, foi justamente o caráter experimental dessa Psicologia nascente que possibilitou à época sua “ascensão” ao território da cientificidade positivista. Como sabemos a ciência positivista asseverou a existência de uma realidade objetiva a ser revelada através da pesquisa e produção acadêmica a fim de construir conhecimentos capazes de desvelar o funcionamento dos fenômenos e prever sua ocorrência futura.

Tomando a exterioridade como dado objetivo a participação e intervenção da subjetividade dos pesquisadores (e dos próprios participantes) no processo de pesquisa é vista como ruído a ser controlado e na medida do possível silenciado, evitando assim “contaminações” ou enviesamentos dos dados e resultados da pesquisa. Isso ocorre pois, a pretensa imparcialidade dos pesquisadores e o controle das variáveis é percebida como condição *sine qua non* da construção de uma análise objetiva da realidade, livre de preconceitos e juízos de valor.

Segundo Oliveira e Amâncio (2006) é a partir da crise do paradigma positivista entre os anos 60 e 70 do Séc. XX que se evidencia, de forma mais acentuada, que tais pressupostos, aliados ao enviesamento androcêntrico, sexista e cisheteronormativo da ciência, são limitados ou mesmo incapazes de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais e subjetivos. Dessa constatação surge a necessidade da articulação entre as ciências sociais e humanas e a política, para assim construir novos modos de produzir conhecimento sobre a realidade social (NEVES, 2012). É nessa esteira que a pesquisa qualitativa, e nela as pesquisas e análises narrativas, ganham espaço e impulso.

1.1 Narrativa de histórias: método e objeto

Construir uma pesquisa qualitativa em Psicologia é também uma forma de reconhecer que a vida, as subjetividades e a experiência são construções discursivas (SCOTT, 1998) que fluem abertamente, como um rio margeado por determinados contextos espaço-temporais que comprimem e impõem certos ritmos aos fluxos vividos. Nesse sentido, somos levados a reconhecer que o próprio conhecimento da realidade também constitui social e historicamente estando circunscrito a determinados contextos espaço-temporais, tornando impossível qualquer processo de universalização, de tal modo que todo conhecimento produzido configura-se como vislumbres parciais do mundo (NEVES, 2012).

Reconhecendo essa parcialidade da produção do conhecimento, a narrativa de histórias de vida surge como uma potente alternativa às metodologias estanques de base positivista. Teixeira Filho (2013) nos explica que a pesquisa narrativa não é uma teoria aplicada que se propõe a explicar algo ou a projetar uma noção de inteligibilidade sobre um determinado fenômeno. Ela procura, ao invés disso “analisar o modo como interpretamos as coisas, as ideologias que embasam nossas opiniões, os regimes de controle que organizam os significados que damos às coisas, que lhes dão inteligibilidade [...]” (TEIXEIRA-FILHO, 2013, p. 91). Nesse sentido, a pesquisa narrativa, como continua o autor, está em consonância com a produção de histórias sobre práticas de vida e acerca do modo como essas práticas atravessam a produção de subjetividade.

Destarte pensar as narrativas de história de vida como base para a construção do conhecimento torna imprescindível a percepção de que elas se constituem como “método-processo de investigação”, pois como afirmam Biglia e Bonet-Martí (2009) a utilização de narrativas de história de vida se configuram como um novo método e objeto de análise discursiva.

Na narrativa a preocupação é [...] construir significados, estabelecer relações e refletir sobre os fatos previamente narrados nas histórias. A história se torna, pois, objeto e método de pesquisa. Objeto porque é nela que os esforços se concentram para se chegar a uma compreensão mais concreta da experiência. É, também, método, porque é pela narração que os significados são construídos. (TELLES, 1999, p. 89)

Esse método e objeto nos possibilita o acesso e a (re)escritura de realidades subjetivas e sociais, servindo de plataforma para repensarmos as antigas formas de validação positivista do conhecimento. As pesquisas e análises narrativas, podem ser consideradas, segundo Passos e Barros (2009), como uma forma de pesquisa capaz de incluir a dimensão subjetiva inerente ao encontro entre pesquisadorxs e participantes da pesquisa. Nesse encontro o acesso à dimensão subjetiva se dá através da escuta das memórias narradas sobre as histórias de vida dxs participantes da pesquisa (TOLEDO, 2013). Desse modo a narrativa de histórias de vida constitui-se como um processo colaborativo de (re)construção conjunta (pesquisadorxs e participantes) de uma narrativa (NEVES, 2012; PAIVA, 2008). Para Silva e colaboradores (2007, p. 29) a pesquisa narrativa com foco na história de vida é uma forma de produção de conhecimento que tem como característica fundamental a atenção dada ao vínculo criado entre pesquisadorxs e participantes da pesquisa.

O conhecimento da realidade, que é assim sempre parcial e subjectivo, depende do acesso às experiências individuais e colectivas, sendo este acesso viabilizado pela

linguagem e influenciado pela interação entre investigadores/as e investigados/as. Idealmente, o modo como se acede às experiências, deve caracterizar-se pela não estruturação, já que esta facilita a expressão não induzida da linguagem (NEVES, 2012, p. 7).

Neste contexto, faz-se importante partirmos da percepção de que todo conhecimento é localizado e atravessado pelos marcadores sociais de diferença e pelas experiências vividas pelos pesquisadorxs e participantes das pesquisas. Sendo assim, pensar e produzir conhecimento a partir de uma lógica de localização não é uma negação das possibilidades de produção de práticas e saberes dos indivíduos, antes disso é reconhecer as parcialidades e os efeitos das subjetividades dos pesquisadorxs e dos participantes da pesquisa de modo a evidenciar a não existência de uma uniformidade e generalidade nas e das produções científicas.

Para endossar essa discussão pode ser interessante retomarmos Haraway (1995) quando a autora nos explica que a objetividade só pode se fazer presente quando temos como ponto de partida a parcialidade de nossas posições. Para a autora a objetividade tem a ver com uma configuração específica que se produz no parcial e no localizado, o que permite a responsabilização pelas próprias práticas. O posicionamento passa a ser concebido como uma prática fundamental para o fazer científico e o que conta ou não como conhecimento racional, como alega Haraway, passa a ser legitimado ética e politicamente e não tendo como referência uma realidade independente dos sujeitos.

Esse processo torna evidente que toda produção de saber é localizada e possui um ponto de partida, que passa sempre pela experiência e pelo desejo dos pesquisadorxs. A proposta de conhecimentos situados, de Haraway (1995) vai nesta mesma direção. A pesquisadora nos explica que a produção do conhecimento se dá por meio de vinculações que são sempre parciais e encarnadas. Reconhecer que não podemos assumir uma visão totalmente abrangente, totalizadora, de um fenômeno nos conduz à necessidade de criarmos redes, conexões. Nesse sentido estamos cientes de que em toda produção do conhecimento, em especial nas pesquisas e análises narrativas, os pesquisadorxs desempenham um papel inevitavelmente implicado ética e politicamente (PASSOS e BARROS, 2009; TOLEDO, 2013). Isso se dá, pois, a utilização dessa metodologia tanto de pesquisa quanto de intervenção pressupõe necessariamente a existência de um compromisso, entre pesquisadorxs e participantes, com a transformação social e com a militância em prol da emancipação humana (NEVES e NOGUEIRA, 2003).

Nessa perspectiva poderíamos dizer que em uma pesquisa narrativa

"tudo é político", indicando que o caso individual é índice singular de situações que, problematizadas, mostram-se como ethos político, com ramificações do caso individual no plano imediatamente político. A fronteira que separa o "caso individual" do plano político mostra-se bem mais uma franja, zona de indiscernibilidade, do que marca de separação entre um (o caso) e o de qualquer um (o político) (PASSOS e BARROS, 2009, p. 167).

Considerando esse aspecto político da pesquisa não podemos perder de vista que toda narrativa de vida aborda a experiência que é sempre individual e coletiva. Falamos dessa ambivalência da experiência pois, partimos do pressuposto de que a “[...] experiência é um acontecimento linguístico – e – uma vez que o discurso é por definição compartilhado, a experiência é coletiva, bem como individual” (SCOTT, 1998, 320). Nesse processo individual e coletivo da experiência que se narra resulta seu caráter eminentemente político, pois, ela pode servir à confirmação do conhecido ou à contestação daquilo que é tido como certo e óbvio.

Colabora com essa discussão as asserções de Teixeira Filho (20013, quando afirma que toda narrativa é sempre coletiva, visto que não é fruto simplesmente de um esforço individual, mas sim de uma produção coletiva, de encontros e interações nas quais a pessoa que narra se inseriu (TEIXEIRA-FILHO, 2013). Há sempre, portanto, uma negociação das lembranças, o que implica em uma reorganização das próprias narrativas. Cabe xs pesquisadorxs, nesta perspectiva, procurar se inserir também nas narrativas não contadas ou jamais lembradas.

Assim, ao ambicionarmos a construção de uma pesquisa que possa servir como um instrumento político de transformação social, reconhecemos a linguagem como constituinte das relações sociais e, portanto, espaço privilegiado de produção de saberes e de luta. Esse reconhecimento se traduz na busca de construir uma pesquisa calcada em um método capaz de, a partir da (re)construção de narrativa de histórias de vida, transformar histórias individuais/coletivas em uma importante e “poderosa fonte de análise social” (NEVES, 2012, p.9). Pois como afirma Passos e Barros (2009, p. 167-168) em uma narrativa “tudo adquire valor coletivo [...] e institui-se como agenciamento coletivo de enunciação [...]. Mesmo quando vivido, enunciado, protagonizado, emitido por uma singularidade, a narrativa não remete a um sujeito”.

É nesse sentido que Paiva (2008) afirma que a pesquisa narrativa objetiva explicitar os mecanismos que operam na produção de um sentido particular e retirar daí as implicações e ressonâncias que esse sentido te para a existência humana. Para a autora a pesquisa narrativa não se constitui como uma simples enunciação de fatos e eventos vividos, ela trata de uma (re)construção narrada de situações vividas e que fazem parte da biografia dx participante da

pesquisa e que a partir de uma avaliação emocional e social é transmutada em experiência que pode ser socialmente compartilhada.

Compreendemos assim que a experiência não pode ser dissociada da produção de conhecimento (GONÇALVES, 2002). Porém Scott (1998) nos adverte de que a experiência dxs não pode ser tomada como um dado pronto a ser desvelado pelxs pesquisadorxs, antes disso ela necessita ser percebida e pensada a luz dos processos sociais, históricos e discursivos que as constituem. Essa percepção é importante, pois, como a afirma a autora é necessário historicizarmos a experiência e as identidades que ela produz, uma vez que “não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se [...] o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado” (SCOTT, 1998, p. 304).

Neste sentido, o próprio processo da vida tem a ver com construir ativamente conhecimento e não simplesmente armazená-lo. Desse modo, consideramos perigoso partir do pressuposto de que as histórias são coletadas como se já estivessem prontas e fossem simplesmente transmitidas de uma pessoa para outra. Benjamin (1994) já afirma que, ao contrário da informação, a narrativa pede uma experiência daquilo que se conta. Nesse sentido, o sujeito que conta uma história se preenche dela e a preenche de si e as/os ouvintes, quando forem narrar essa mesma história, inevitavelmente a impregnarão de suas próprias experiências também e ela, por consequência, já não será mais a mesma.

Para a execução do processo de coleta de informações, a pesquisa narrativa pode lançar mão de uma série de métodos tais como: entrevistas, questionários, grupos focais, introspeção, artefatos, observação participante, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, notas de campo, produções culturais e documentos (PAIVA, 2008; PASSOS e BARROS, 2009; BIGLIA e BONET-MARTÍ, 2009; NEVES, 2012;). A utilização desses diferentes métodos é vantajosa pois favorece tanto a aproximação quanto a interpretação compreensiva da realidade social e das experiências subjetivas dos participantes da pesquisa possibilitando que xs pesquisadorxs acessem os “[...] elementos simbólicos que as constituem, especialmente a partir da decodificação de códigos linguísticos e performativos” (NEVES, 2012, p. 5).

Dentre os diversos métodos que podem ser utilizados, as entrevistas (por possibilitarem o encontro direto entre pesquisadorxs e participantes e o consequente intercâmbio discursivo e subjetivo) despontam como procedimento especialmente valorizado (PAIVA, 2008; BIGLIA e BONET-MARTÍ, 2009; NEVES, 2012;). Nessa perspectiva a entrevista é percebida como um processo de negociação e construção compartilhada de sentidos a partir do diálogo e interação

produzidos no encontro entre pesquisadorxs e participantes da pesquisa em um determinado contexto específico (BIGLIA e BONET-MARTÍ, 2009). Ao comentar os trabalhos desenvolvidos por Oakley (1981) e Monroe-Baillargeon (2004) Neves (2012, p. 6) afirma que as entrevistas exigem “uma relação de abertura e de confiança entre os/as entrevistadores/as e os/as entrevistados/as” de modo a construir um espaço que valorize “as trocas, a colaboração e a interatividade” que segundo a autora formam a “base do processo de narração de histórias”.

Neves (2012), ainda, destaca que a pesquisa a partir da narrativa de histórias de vida nos possibilita acessar as experiências dos participantes da pesquisa dando especial atenção às suas idiossincrasias, permitindo assim que os discursos e experiências das “pessoas reais, contadas na primeira pessoa” sejam acessados e inseridos no seio do discurso acadêmico/científico. Esse acesso às experiências e às subjetividades através fluidez produzida no encontro entre pesquisadorxs e participantes são fatores extremamente potentes da e na construção da pesquisa narrativa. E reconhecendo essa potência e as idiossincrasias inerentes a esse processo Biglia e Bonet-Martí (2009) afirmam que ao invés de explicar os resultados da pesquisa podemos nos debruçar sobre a montagem e a contação de um conto como parte fundamental e central da pesquisa. É nesse sentido que a autora afirma a possibilidade e a potência da narrativa de história de vida de (re)construir sentidos através da linguagem, permitindo assim, muito além da produção de um conhecimento, o empoderamento das vozes daquelxs que contam suas histórias.

É reconhecendo esse processo de iluminação de vozes que ocupam espaços social e historicamente silenciados que Passos e Barros (2009) se remetem ao conceito de “literatura menor” cunhado por Deleuze e Guattari (1977) para afirmar a possibilidade de por meio da pesquisa, construirmos “uma experiência narrativa minoritária”. Para os filósofos franceses “uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior” (DELEUZE e GUATTARI 1977, p. 25). Nesse sentido construir uma pesquisa a partir da narrativa de histórias de vida (língua de uma minoria) mostra-se como uma possibilidade construir essa outra língua dentro do mundo acadêmico (língua maior) através de um posicionamento capaz de produzir interrogações e estranhamentos “[...] ao que certa narrativa aceitaria como natural e regra, forçando a um descolamento do dito na busca das condições de sua produção” (PASSOS e BARROS, 2009, p. 164).

Araújo e colaboradores (2016, p. 592) reconhecem essa possibilidade de produzir ranhuras nos antigos modos de fazer e produzir ciência e ao comentarem a obra de Amado (2009) afirmam que tal perspectiva metodológica deve assentar-se “[...] no pressuposto de que

narrar é reescrever e não descrever. [...] interpretar a narrativa experiencial não é descrever objetivamente o presente como um encadeamento causal de um passado, é subjetivá-lo para o projetar no futuro”.

1.2 Narrativas e Feminismos

Sandra Harding (1987) lançou há algum tempo um questionamento acerca do que distingue um método feminista. O que faz com que uma pesquisa seja feminista? É o fato de ser produzida por uma mulher? Ser sobre mulheres? Ter em suas referências bibliográficas centrais o nome de mulheres? Como podemos identificar um trabalho como sendo feminista? Para a autora, existem três características fundamentais que distinguem os estudos feministas. A primeira delas se refere à crítica à ciência social tradicional que parte da experiência dos homens para desenvolver suas análises. Quando pensamos na transformação de um fenômeno social em um problema a ser investigado, percebemos que não existe um problema se não há uma pessoa ou um grupo que o defina enquanto tal, ou seja, um problema é sempre um problema para alguém (HARDING, 1987). Uma proposta feminista, portanto, se preocupa em mostrar que as perguntas que são formuladas, inclusive as que nunca o são, determinam a pertinência e o alcance do nosso trabalho tanto quanto as repostas que encontrarmos.

Nesse sentido, e como segunda característica, a autora afirma que é próprio do feminismo estar a favor das mulheres. As perguntas que foram feitas sobre as mulheres sempre foram marcadas pelo desejo masculino de dominação, de controle e manipulação. Harding sublinha, no entanto, que é importante falar sobre a “experiência das mulheres”, sempre no plural, tendo em vista que o masculino e o feminino são constituídos sempre dentro de uma classe, uma raça e uma cultura particulares. As perguntas que um grupo oprimido deseja que sejam respondidas quase nunca correspondem às demandas consideradas mais legítimas ou mais verdadeiras. Por fim, a terceira característica a qual a autora faz alusão se refere à relação entre pesquisadorxs e objeto de pesquisa. Harding afirma que é preciso situar pesquisadorxs e participantes no mesmo plano crítico. Se o estudo das mulheres não é algo novo, o é o estudo a partir de nossas próprias perspectivas e experiências. A autora advoga a necessidade de se explicitar o gênero, raça, classe da investigadora e como esta suspeita que esses atravessamentos influenciam no processo de investigação. Este esforço não tem o objetivo de se configurar enquanto uma espécie de bom comportamento, como assevera Harding, mas sim de reconhecer que as crenças e lugares ocupados socialmente modelam nossas perspectivas.

Partimos do pressuposto de que precisamos desconfiar das verdades estabelecidas, bem como da pretensa objetividade do conhecimento científico. Haraway (1995) nos diz que os

relativismos e as teorias totalizadoras são maneiras de se alegar estar em todo o lugar e, ao mesmo tempo, em nenhum o que culmina, em última análise, em uma desresponsabilização e falta de avaliação crítica. Para a autora, precisamos começar a pensar a objetividade enquanto saberes localizados, pois é só no parcial e no localizado, em uma corporificação específica, que somos capazes de assumir a responsabilidade pelas nossas práticas. Haraway propõe que a responsabilidade feminista deve avançar não por dicotomias, mas sim por ressonância, por afinidades e não por identidades.

Podemos afirmar que os feminismos têm como proposta fundamental as transformações nas relações de gênero. A proposta de desconstrução do androcentrismo e do positivismo pelos estudos feministas, principalmente a partir da Segunda Onda, instigou as mulheres a produzirem métodos que dessem voz, visibilidade e parâmetros para a promoção do enfrentamento ao patriarcado e a seus atravessamentos nas ciências (TEIXEIRA-FILHO, 2013). A narrativa de vida e o conhecimento situado foram percebidos, como nos diz ainda o autor, como possibilidades de criar e consolidar um novo campo de investigação.

As abordagens narrativas, potencializadas pelas entrevistas, são bastante valorizadas nas investigações feministas principalmente pela possibilidade que abrem de focar “nos processos que condicionam a construção social dos fenômenos” (NEVES, 2012, p. 08). Para além disso, como nos explica a autora, o compartilhamento de experiências por meio da narrativa de vida permite que as/os participantes de uma pesquisa possam refazer discursivamente seus percursos e produzir ou reformular os significados já atribuídos para suas experiências.

Uma das particularidades de metodologias que envolvem as produções narrativas tem a ver, como nos dizem Fernandéz e Martínéz (2014) com o fato de que pesquisadorxs e participantes estão imersxs no mesmo processo de investigação, o que não significa afirmar que não há relações de poder em jogo. Nós, enquantx pesquisadorxs, temos interesses e objetivos específicos que nos outorgam uma maior capacidade de decisão no processo da pesquisa, razão pela qual não nos desprendemos totalmente do poder atribuído ao lugar dxs pesquisadorxs. No entanto o enfoque epistemológico, como afirmam as autoras, é crucial nesse processo. Balasch e Montenegro (2003) nos explicam que as narrativas, nesta perspectiva, não correspondem ao reflexo de um mundo interior, não evocam um sujeito, mas sim uma rede de relações. Nesse sentido, o processo metodológico é produtor de conhecimento, sempre em parceria com as/os participantes.

Considerações Finais

Cabruja, Iñíguez e Vázquez (2000) apontam que enquanto práticas discursivas as narrativas de histórias de vida não se constituem apenas como palavras, sendo também práticas e ações que constroem, atualizam e mantêm a realidade. Nesse sentido e por operar a partir do depoimento dxs participantes da pesquisa essa metodologia atua diretamente sobre a realidade que se vai narrando, pois, o próprio relato se configura como uma ação sobre a realidade (NEVES, 2012). Corrobora com essa discussão a afirmação de Toledo (2013, p. 72) quando nos diz que “[...] produzimos nossas subjetividades e damos sentido a nossas vidas através das histórias que ouvimos, contamos e as experiências que compartilhamos com outros. Assim, ao contar, ouvir e recontar as histórias, as mesmas são (re)significadas, pois revividas pela própria expressão do discurso contado”.

Partindo dessa perspectiva Araújo e colaboradores (2016), assim como Toledo (2013), asseveram que o trabalho com histórias de vida inevitavelmente produz uma intervenção e uma transformação junto aos participantes da pesquisa. Fato que se torna ainda mais evidente quando essa metodologia se volta às minorias sociais que invariavelmente são vítimas de diferentes tipos de violência. Nesse sentido a possibilidade da narração de sua história de vida “[...] confere às vítimas um sentido de luta contra a injustiça, uma vez que ao contar as suas vivências sentem-se envolvidas no processo de denúncia social do problema” (NEVES, 2012, p. 10).

Desse modo, é importante destacar que a participação em uma pesquisa não decorre simplesmente por meio da presença de pessoas a quem é “dado voz”. Kastrup e Passos (2013) afirmam que para que uma participação se efetive é preciso que haja uma “experiência de pertencimento”. Nesse sentido, é preciso haver desejo não somente de quem propõe a realização de uma pesquisa, mas também das pessoas participantes. A ideia de que uma pesquisadora ou um pesquisador tenha o poder de dar voz às pessoas que irão compor uma pesquisa, como nos explicam Balasch e Montenegro (2003) está pautada no pressuposto de que é a equipe investigadora que possui a legitimidade necessária para tanto. Amparadxs ainda nas discussões promovidas por Balasch e Montenegro, acreditamos que as narrativas não podem ser vistas nem como um reflexo de um mundo interior e nem como simples reproduções de narrativas hegemônicas. Elas evocam não um sujeito, mas uma complexa rede de relações.

Para Passos e Barros (2009), estamos sempre lidando com narrativas no que se refere ao âmbito da pesquisa. Para as/os autoras/es podemos considerar que há uma política de narratividade que diz respeito aos posicionamentos que inevitavelmente tomamos quando nos expressamos com relação ao mundo e a nós mesmos. Percebemos assim que a experiência é indissociável da produção de conhecimento já que viver diz respeito não a armazenar

conhecimento, mas sim a produzi-lo ativamente, incorporando-o ao próprio ato de existir. Destarte, a narrativa é uma forma de organizar as experiências, que possuem uma natureza caótica e desordenada. Nesse sentido, para que possamos construir uma coerência precisamos organizar narrativamente nossas experiências (GONÇALVES, 2002).

A pesquisa narrativa, ao assumir a experiência “como a história de um sujeito” (SCOTT, 1998, p. 320) e consequentemente como uma parte que relaciona de forma indissociável à produção de conhecimento, abre a possibilidade de questionarmos o pressuposto da produção de um saber que se dê independente da própria pessoa que o cria, que o produz. Dessa maneira, acreditamos que o conhecimento se produz tendo como fundamento as vivências, conexões, afetamentos. Nesse sentido, ele nunca é neutro e nem se refere a uma realidade independente, imparcial, já que a própria noção do que é real se faz nas relações que são travadas nos mais diversos contextos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Patrícia; MARTINS, Emília; FERNANDES, Rosina; MENDES, Francisco; MAGALHÃES, Cátia. O Método das Histórias de Vida na Investigação Qualitativa em Psicologia. **CIAIQ2016** , Vol. 2, p. 588-595, 2016. Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/798/784>>. Acesso em: 24 Jan. 2018.
- BALASCH, M.; MONTENEGRO, M. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: las producciones narrativas. **Encuentros en psicología social**.1(3): 44-48, 2003.
- BENJAMIN, Walter. (1994) O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221.
- BIGLIA, Barbara, BONET-MARTÍ, Jordi. La construcción de narrativas como método de investigación psicosocial. Prácticas de escritura compartida. **Forum Qualitative Social Research**, Vol. 10, nº 1, 2009. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1225/2666> Acesso em: 23 de Jan de 2018.
- CABRUJA, Teresa; IÑÍGUEZ, Lupicínio; VÁZQUEZ, Félix. Como construimos el mundo: relativismo, espacios de relación y narratividad. **Análisi**, Barcelona, nº 25, p. 61-94, 2000. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Analisi/article/view/15050/14891>>. Acesso em: 24 Jan. 2018.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977. 160 p.

GONÇALVES, O. F. **Viver narrativamente: a psicoterapia como adjetivação da experiência.** Coimbra: Quarteto, 2002.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu** (5) 1995: pp. 07-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 23 Jan. 2018.

HARDING, Sandra. **¿Existe un método feminista?** En Eli Barta (Coord.), Debates en torno a una metodología feminista. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco. p. 5-34, 1987.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25 – n. 2, p. 263-280, Maio/Ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198402922013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 22 Jan. 2018.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 43-64, Dez. 2003.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 597, jan. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300002>. Acesso em: 24 jan. 2018.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: Reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, Vol. 1 n° 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/4344/3154>. Acesso em: 24 Jan. 2018.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, São Paulo, Vol. 16, p. 297-325, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. **Psicologia e Teoria Queer: das identidades aos devires.** 2013, 200 f. Tese de Livre Docência em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP. 2013.

TELLES, João A. A trajetória narrativa: história sobre a formação do professor de línguas e sua prática pedagógica. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas-SP, jul./dez., p 79-92 1999.

TOLEDO, Livia G. **“Será que eu tô gostando de mulher?”: tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista.** 2013. 434 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2013.